



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Jornal Novo
pág 5 22.12.78

António Reis responde a Natália Correia

No jornal que V. Ex.^a dirige, publica-se em 18-12-78 um artigo de opinião da autoria da escritora Natália Correia, no qual se tecem largas considerações a propósito da minha recente intervenção sobre política cultural na Assembleia da República.

Não tenho por hábito responder a críticas sectárias e pretensiosas, reveladoras do mais elementar desconhecimento da problemática abordada, formuladas em termos que por si só desqualificam e desacreditam quem as utiliza. Na última coluna do ignóbil amontoado de insultos e processos de intenção que é o artigo em causa, surge, porém, uma acusação que, pela sua extrema gravidade, não poderia deixar de merecer um esclarecimento da minha parte. Afirma-se aí ter eu recomendado ao dr. António Maria Pereira, representante da SEC numa reunião sobre direitos de autor promovida pela UNESCO, «que não promovesse a língua portuguesa na UNESCO

como tinha vindo a fazer desde sempre».

Tamanho disparate far-me-ia rir às gargalhadas, se não fora a tentativa de lhe dar alguma verossemelhança com a invocação do testemunho do dr. António Maria Pereira, perante o qual sou desafiado a desmentir tal pertenso facto. Que se passou, afinal? Acontece que o dr. António Maria Pereira, no seu afã assaz louvável de promover a língua portuguesa a língua oficial dos organismos internacionais, arriscava-se, no caso em questão, a defender uma posição que poderia vir a comprometer o Estado português com o sustento de mais noventa funcionários no estrangeiro e um investimento financeiro inoportuno, da ordem dos trezentos mil contos, ou seja, quase metade do orçamento anual da Secretaria de Estado da Cultura! Investimento este dificilmente compartilhável, porquanto os países de língua portuguesa, por razões óbvias, não se empenharam no

ressados. Por isso, recomendei que procurasse tão só, como, aliás, já estava a ser diligenciado pela nossa Embaixada na UNESCO, pressionar no sentido da tradução obrigatória para português dos principais documentos aprovados nas diferentes reuniões da UNESCO, o que obriga a um investimento muito menor.

Será isto desprezar a língua portuguesa, ser «salteador» do nosso maior património? Estranha concepção esta, segundo a qual promover ou não promover a língua portuguesa é função da decisão de investir ou não meios avultados numa caríssima operação de prestígio com vista à sua oficialização em organismos internacionais. Pergunto: não será mais importante para a promoção da nossa língua todo um trabalho de fundo a desenvolver junto das comunidades portuguesas no estrangeiro e dos novos países africanos de expressão portuguesa no sentido de assegurar o seu ensino, para já não falar de obra

que ainda cumpre realizar no nosso próprio País no domínio da alfabetização, da educação de adultos, da promoção dos nossos escritores do passado e do presente — cultores máximos da mesma língua? Sendo os recursos do Estado português altamente limitados, parece-me bem que estes últimos objectivos merecem uma atenção e um investimento muito mais imediato e prioritário em relação a queloutro que tanto preocupa a escritora Natália Correia. Não deixa, porém, de ser significativa esta identificação da promoção da língua à sua simples oficialização em organismos internacionais, com omissão de outro tipo de acções muito mais decisivas e fundamentais para a referida promoção, ou até com a rejeição de algumas delas, como é o caso das que são veiculadas através da animação cultural e dos centros culturais-conceitos que Natália Correia teima em deformar. E não deixa de ser significativa, porque permite ilustrar de maneira particularmente clara o conceito de política cultural como instrumento de ostentação, que justamente denunciei na minha intervenção como sendo profundamente antidemocrático.

Por último, não quero terminar sem deixar aqui bem expressa a gravidade que atribuo à atitude do dr. António Maria Pereira, o qual, pelos vistos não só se permitiu revelar a outrem, sem autorização, orientações governamentais sobre a missão de que foi incumbido, como ainda as deformou capciosamente. Caso não sobrevenha um formal desmentido da sua parte relativamente à atitude que lhe é atribuída pela escritora Natália Correia, ver-me-ei obrigado a concluir que está definitivamente desqualificado para o desempenho de missões do Estado português. Espero que os actuais responsáveis governamentais venham a retirar a mesma conclusão, já que de outro modo se mostrariam dispostos a pactuar com comportamentos indignos de qualquer representante do Estado português.

Agradecendo antecipadamente a publicação na íntegra desta carta, dentro dos critérios de isenção que V. Ex.^a anunciou irem pautar a sua actuação como Director do «Jornal Novo», subscrevo-me atenciosamente.

António Reis

